

O intelectual como militante revolucionário em História e Consciência de Classe*

Ricardo Musse**

Resumo:

No presente artigo, tratar-se-á de demonstrar como a obra *História e Consciência de Classe*, de G. Lukács, traz consigo questões de ordem filosófica que são indissociáveis tanto da perspectiva do projeto socialista, quanto do papel do intelectual na militância revolucionária. A relação entre sujeito e objeto e a relação entre teoria e prática – inseparáveis da valorização da totalidade – passam por uma releitura marxista de Hegel e da tradição sociológica alemã, na medida em que a crítica à atividade contemplativa e às instituições da sociedade burguesa (como o direito e o estado) remete à valorização da “luta ideológica” e do intelectual como militante revolucionário.

Palavras-chave:

Lukács; totalidade; luta ideológica; intelectual como militante revolucionário.

The intellectual as revolutionary militant in History and Class Consciousness

Abstract:

In this article, we intend to show that Lukács' work *History and Class Consciousness* is related within philosophical matters that cannot be dissociated from the socialist perspective and from the role of the socialist intellectual. The relation between subject and object and the relation between theory and practice – incomprehensible without totality's perspective – are reread as long as Hegel and the German sociology are threatened from a Marxist perspective. The critic to contemplative action and to bourgeois society's institutions (such as State and Law) refers to the valorization of the “ideological struggle” in which intellectuals are also revolutionary militants.

Key words:

Lukács; totality; ideological struggle; revolutionary militant intellectuals.

* Professor da Universidade de São Paulo (USP).

** Publicado originalmente in Jinkings; Nobile (2011, pp. 103-14).

A recapitulação das obras de György Lukács anteriores a *História e Consciência de Classe* certamente contribui para explicar a maturidade intelectual deste livro, iluminar sua proficiência no terreno da filosofia e da sociologia alemã ou mesmo para atestar a precocidade de sua crítica à civilização burguesa. Porém, de modo geral, a dissecação do percurso intelectual do jovem Lukács pouco esclarece sobre as teses de sua primeira publicação marxista, alicerçadas na mudança de sua situação da condição de crítico cultural para a de militante político e, em princípio, orientadas por uma decidida tomada de posição no interior dessa linhagem¹.

A obra de Engels a partir do *Anti-Dühring*, redigida em grande parte após a morte de Marx (1883), contribuiu para estabelecer como parâmetro de inserção, na tradição do marxismo o esforço concomitante de divulgação, sistematização teórica e ampliação temática do materialismo histórico².

Em Lukács, o empenho em atualizar o marxismo – empreitada renovada a cada geração, tendo em vista o caráter assumidamente histórico dessa vertente – adquire contornos próprios. *História e Consciência de Classe* configura como critério de aferição da pertinência e validade de qualquer obra que se pretenda herdeira do legado de Marx a sua capacidade em desdobrar de forma articulada três tarefas, distintas e entrelaçadas: fornecer um diagnóstico do presente histórico, posicionar-se ante a já extensa linhagem do marxismo e conceber uma interpretação original dos textos canônicos desta doutrina.

História e Consciência de Classe se propõe, assim, a recuperar a capacidade autorreflexiva que o marxismo havia perdido nos anos de domínio da II Internacional. Nesse sentido, um de seus alvos principais consiste na codificação da dialética apresentada pelo último Engels, avaliada como uma das premissas dos equívocos políticos e intelectuais da geração subsequente. Não se trata apenas do fato de Engels, seguindo o panlogicismo de Hegel, estender a atuação da dialética ao reino da natureza, adotando as ciências naturais como regra e modelo. A sua principal crítica refere-se à desatenção ante o vínculo entre método e transformação do mundo, que tende a ignorar o papel da dialética como “álgebra da revolução”.

Essa correção metodológica deriva, em parte, das circunstâncias históricas que permitiram a Lukács vivenciar um contexto semelhante àquele que levou o jovem Marx a expor sua teoria como “expressão pensada do processo revolucionário”: uma sucessão de insurreições operárias que só foram derrotadas definitivamente no outono de 1923, alguns meses depois da publicação de *História e Consciência de Classe*.

A novidade das considerações metodológicas, firmadas a partir da perspectiva de revitalização da “teoria da revolução”, pode ser visualizada, por exemplo, na primazia que Lukács concede, na determinação da dialética materialista, à categoria de totalidade.

1.

Na abertura do primeiro artigo de *História e Consciência de Classe*, Lukács posiciona-se sobre a controvérsia acerca da pertinência e da possibilidade de definir o “marxismo ortodoxo”. Essa discussão adquiriu, na época, relevância não só pela exigência, renovada periodicamente, de atualizar o legado de Marx e Engels, mas também devido à recente bipartição dessa linhagem em duas correntes antagônicas. A cisão entre social-democratas e comunistas, desencadeada com o início da I Guerra em agosto de 1914, consolidou-se com a fundação da III Internacional, cinco anos depois.

Aparentemente afastando-se do debate político, Lukács sugere uma resposta nada consensual para essa questão:

O marxismo ortodoxo não significa um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma “fé” numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro “sagrado”. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*. (LUKÁCS, 2003, p. 64)

A inflexão metodológica prende-se à convicção, expressa desde o “Prefácio”, de que a dialética materialista constitui “o método correto para o conhecimento da sociedade e da história” (LUKÁCS, 2003, p. 54). Lukács reconhece, no entanto, logo na frase seguinte, o caráter mutável desta metodologia, o que demanda o acompanhamento, numa espécie de balanço histórico, das vicissitudes da dialética.

No cumprimento desse programa, meta indicada desde o subtítulo do livro – “Estudos sobre a Dialética Marxista” –, *História e Consciência de Classe* alça ao primeiro plano uma das determinações do método. A categoria de “totalidade” torna-se a coordenada essencial na identificação da metodologia marxista, ocupando o lugar outrora atribuído à prioridade da consideração econômica ou mesmo ao procedimento de contrapor à ideologia burguesa

1 Para um balanço crítico da produção inicial de Lukács, cf. Musse (2013).

2 Para uma exposição do papel de Engels na gênese da tradição marxista, cf. Musse (2000).

“conteúdos revolucionários”. Lukács não hesita em afirmar peremptoriamente que “não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade” (LUKÁCS, 2003, p. 105).

Ponto de convergência entre sistema e método, o conceito de totalidade é apresentado por Lukács, numa primeira aproximação, como o “domínio do todo sobre as partes”. Esses termos sinalizam uma tarefa: a apreensão dos múltiplos fenômenos parciais deve se articular como momentos de um conjunto unitário, como parcelas de um mesmo processo.

Tendo em vista a vastidão do campo de investigações, Lukács reconhece que se faz necessário, na elaboração do conhecimento, isolar e abstrair elementos, privilegiar complexos de problemas ou condensar conceitos de uma esfera específica. De acordo com ele, o critério decisivo consiste em saber se esses procedimentos são apenas um meio para a elucidação do todo ou se o conhecimento abstrato de esferas parciais preserva sua independência, convertendo-se em finalidade própria.

O marxismo se diferencia da ciência burguesa, portanto, também pelo modo como agrupa e organiza o conhecimento. Preocupado em superar as distinções abstratas, o método dialético evita a constituição de domínios autônomos de pesquisa, à maneira da separação corrente, instaurada pela divisão intelectual do trabalho e pela especialização científica. Nas palavras de Lukács:

Para o marxismo, em última análise, não há, portanto, uma ciência jurídica, uma economia política e uma história etc. autônomas; mas somente uma ciência histórico-dialética, única e unitária, do desenvolvimento da sociedade como totalidade. (LUKÁCS, 2003, p. 107)

No transplante da dialética de Hegel para Marx, nem tudo, como seria de se esperar, permanece idêntico. Embora em *História e Consciência de Classe* o método marxista seja exposto como “a continuação consequente do que Hegel havia almejado, mas que não obtivera concretamente” (LUKÁCS, 2003, p. 92), esse “prolongamento” da metodologia hegeliana inclui algumas correções. No âmbito da categoria de “totalidade”, a modificação mais substancial diz respeito à exigência de que esta perspectiva determine não só o objeto, mas também o sujeito do conhecimento.

Seguindo o exemplo da economia política, a ciência burguesa procura compreender os fenômenos sociais a partir da ação individual, tal como moldada pela lógica econômica capitalista. Seu lema, prescrito por sua adesão à significação imediata dos objetos, afirma a “prioridade metodológica dos fatos”. Lukács recrimina aí o desprezo, simultâneo, de duas características primordiais da dialética: “a exigência da totalidade tanto como objeto determinado quanto como sujeito que determina”. Hegel, por sua vez, apesar de seu empenho em determinar o objeto como totalidade, só preenche metade dos requisitos, pois hesita permanentemente entre o “ponto de vista do ‘grande homem’ e o do espírito abstrato do povo” (LUKÁCS, 2003, p. 108).

Marx, porém, particularmente em *O Capital*, observa Lukács, “considera os problemas de toda a sociedade capitalista problemas das classes que a constituem, sendo a dos capitalistas e a dos proletários apreendidas *como conjuntos*”. Dessa observação, o autor de *História e Consciência de Classe* extrai duas consequências importantes: ressalta o posto-chave ocupado pelo conceito de classe no âmbito do conhecimento, ao mesmo tempo em que reporta a existência, na sociedade moderna, de um sujeito que “para pensar a si mesmo é obrigado a pensar o objeto como totalidade”.

O conceito de totalidade, em *História e Consciência de Classe*, preenche, portanto, várias funções. Assinala o papel decisivo das mediações – da inserção dos fenômenos sociais como momentos do todo – nas operações do método dialético, orienta a superação da dispersão do conhecimento em esferas autônomas por meio da unificação do saber em uma “ciência histórico-dialética, única e unitária” etc. O desdobramento mais destacado por Lukács consiste, todavia, na transição que essa categoria possibilita do ponto de vista do indivíduo para a perspectiva das classes sociais.

Lukács reitera que “o ponto de vista do indivíduo não pode levar a nenhuma totalidade, quando muito pode levar a aspectos de um domínio parcial, mas na maioria das vezes somente a algo fragmentário, a ‘fatos’ desconexos ou a leis parciais abstratas” (LUKÁCS, 2003, p. 107). A superação dessa limitação demanda, portanto, um cuidado adicional, dado que “a realidade só pode ser compreendida e penetrada como totalidade, e somente um sujeito que é ele mesmo uma totalidade é capaz dessa penetração” (LUKÁCS, 2003, p. 124). Nesse diapasão, o conceito de totalidade configura um fator de determinação tanto do objeto, o sistema capitalista, como do sujeito do conhecimento³.

A superioridade científica e metodológica do ponto de vista de classe sobre a perspectiva individual, afirmada pelo marxismo, deriva, sobretudo, da consideração de que “somente a classe, por sua ação, pode penetrar

³ Wolfgang Leo Maar esclarece que a perspectiva da totalidade “torna a realidade (...) realidade efetiva, isto é, histórica: autoestabelecimento, autoprodução e reprodução” (LEO MAAR, 1993, pp. 187-8).

a realidade social e transformá-la em sua totalidade” (LUKÁCS, 2003, p. 125). Recuperando uma frase célebre de Marx, no *Manifesto do Partido Comunista*, que identifica o proletariado como executor da sentença de morte proferida à burguesia, Lukács atribui a esta classe o seguinte círculo virtuoso: o proletariado, “ao reconhecer sua situação, age e ao combater o capitalismo, reconhece sua situação” (LUKÁCS, 2003, p. 127). Única classe capaz de promover uma autêntica modificação social, o proletariado assume, assim, uma posição crucial no âmbito do conhecimento, concomitante à sua elevação à condição de sujeito e objeto do processo histórico.

2.

A compreensão correta do método e a organização sistemática do conhecimento no materialismo histórico decorrem, segundo Lukács, de uma conexão cujo centro vital consiste no ponto de vista do proletariado. Mais ainda: essa perspectiva se torna o local de encontro das duas dimensões principais do marxismo: a teoria e a práxis.

História e Consciência de Classe se propõe a atualizar a teoria das classes do materialismo histórico. Um dos muitos manuscritos que Marx deixou inacabados – editado postumamente como o terceiro livro de *O Capital* – interrompe-se exatamente quando ele começa a tratar este assunto⁴. A abordagem desse tema na linhagem do marxismo nunca foi muito além de comentários de trechos do *Manifesto do Partido Comunista* e de *O 18 Brumário*. Lukács também parte deste material, mas adiciona uma indagação que altera radicalmente o encaminhamento da questão: “No espírito do marxismo, a divisão da sociedade em classes deve ser determinada segundo a posição no processo de produção. O que significa então a consciência de classe?” (LUKÁCS, 2003, p. 133).

Lukács avisa, de antemão, que a consciência de classe do proletariado deve ser distinguida do seu estado imediato, isto é, da média dos pensamentos dos trabalhadores, uma vez que constitui uma “consequência objetiva da estrutura econômica da sociedade e não algo arbitrário, subjetivo ou psicológico” (LUKÁCS, 2003, p. 147). Adverte também que essa consciência tende à sua essência – fundindo-se com a compreensão do processo histórico e assumindo sua dimensão prática, ativa – apenas nos períodos marcados por agudas crises econômicas. No restante do tempo, ela se mantém como “possibilidade objetiva”, em consonância com a crise latente do capitalismo (LUKÁCS, 2003, pp. 126-7)⁵.

A rigor, a consciência de classe do proletariado e a perspectiva da totalidade só coincidem, portanto, na insurgência revolucionária. Nem por isso, a classe trabalhadora deixa de ser apresentada em *História e Consciência de Classe* como “destinada à compreensão correta da sociedade”. Esta potencialidade, no entanto, só se atualiza por meio da práxis: “O proletariado se realiza somente ao negar a si mesmo, ao criar a sociedade sem classes levando até o fim a luta de classes” (LUKÁCS, 2003, p. 191)⁶.

Desse modo, a práxis do proletariado também assume a tarefa de impulsionar a unidade de teoria e prática. Essa função, aliás, decorre quase automaticamente da concepção que apresenta a doutrina marxista como uma espécie de meditação organizada acerca da ação revolucionária. Assim, de forma um tanto paradoxal, Lukács apoia no proletariado a validade de sua teoria social precisamente porque lhe atribui um caráter eminentemente prático.

Na medida em que possibilita o acesso antecipado à perspectiva da totalidade, o conceito de proletariado desempenha, em *História e Consciência de Classe*, um papel metodológico decisivo. Por outro lado, seguindo o ensinamento de Hegel, Lukács ressalta que a consciência “adequada” impõe uma modificação a si própria e a seus objetos, que permite ao marxismo ensaiar “uma passagem sem transição do conhecimento à ação”. Tudo isso graças ao estoque de atributos que caracteriza o proletariado como mediador entre a consciência e a realidade, como intenção de totalidade ou totalidade em intenção, ou ainda como sujeito e objeto do processo histórico.

A decantação antecipada da dialética, objeto de extensas considerações ao longo de *História e Consciência de Classe*, por exemplo, é justificada como um momento necessário desse esforço em unificar teoria e prática. Retomando o dístico de Lênin – “não há prática revolucionária sem teoria revolucionária” –, Lukács reitera que a prática desvinculada do esclarecimento teórico tende à ineficácia. Assim, cabe primeiro se certificar se ela aponta efetivamente para a modificação social, ultrapassando o patamar de mera “aparência de vias de ação, de transformação do mundo”. Só então a práxis do proletariado pode ser alçada a “guia da ciência revolucionária”.

Essa recomendação tem por alvo principal a vertente social-democrata e reformista do marxismo. Em

4 Para um acompanhamento e reconstituição da teoria de Marx sobre as classes sociais ao longo de sua obra, cf. Hirano (2002, pp. 120-73).

5 Desnecessário lembrar que, até mesmo na escolha dos termos, Lukács retoma o livro de Rosa Luxemburgo *Greve de Massas, Partido e Sindicatos* (1979).

6 Maurice Merleau-Ponty foi, talvez, o primeiro a notar que “é aqui que, para Lukács, aparece o essencial e o que há de mais inovador no marxismo. (...) No proletariado, a consciência de classe não é estado de alma ou conhecimento e, no entanto, não é uma concepção do teórico, porque é uma práxis” (MERLEAU-PONTY, 2006 p. 55).

outra passagem, no entanto, Lukács complementa seu argumento adicionando uma observação mais geral: não basta reconhecer a importância da teoria ou mesmo exigir que ela se apodere das massas, é necessário que a teoria seja determinada, sobretudo, como dialética revolucionária: “Trata-se, antes, de investigar, tanto na teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução” (LUKÁCS, 2003, p. 65).

Mesmo que conceda, no entanto, que “a unidade de teoria e práxis é apenas a outra face da situação social e histórica do proletariado” (LUKÁCS, 2003, p. 97), Lukács não deixa de realizar uma manobra arriscada quando procura transferir para o aparato teórico desenvolvido em *História e Consciência de Classe* a veracidade e a efetividade inerentes à ação revolucionária.

Com o termo “proletariado” ele descreve tanto o “sujeito da ação histórica” como a fonte de conhecimento da totalidade social. De certo modo, essa bifurcação, porém, acaba funcionando como um estratagem para a reciclagem materialista de uma série de conceitos de extração idealista.

A ênfase na continuidade entre o método de Marx e a dialética de Hegel possibilitou a *História e Consciência de Classe* destacar como uma dimensão crucial do marxismo aspectos que o configuram como a realização bem-sucedida do programa do idealismo alemão. Lukács desdobra a premissa de unidade entre teoria e prática como um nexos unitário entre lógica e história, aparato categorial e experiência, história da filosofia e filosofia da história. Recompõe, assim, mesmo que em outro registro, a linha geral da filosofia hegeliana, exposta na *Fenomenologia do Espírito*, como resultado lógico-filosófico do processo histórico e social vivenciado por um sujeito-objeto idêntico (LUKÁCS, 2003, p. 308)⁷.

Embora não seja incorreto afirmar que *História e Consciência de Classe* adote uma fórmula que segue de perto o receituário hegeliano, convém, entretanto, desconfiar da versão, bastante difundida pela recepção do livro, de que se trata de mero contrabando, de uma transposição sem mediações para a linhagem do marxismo de um pedaço da filosofia do idealismo alemão. Afinal, Lukács também ancora a sua concepção de proletariado e de consciência de classe na teoria – desenvolvida por Marx em *O Capital* – do “fetichismo da mercadoria”.

3.

A determinação da “missão” do proletariado, esforço inerente à teoria que o entende como sujeito (e objeto) da história, conduziu Lukács a desenvolver uma intrincada formulação do que seria a sua “consciência de classe”. Seu livro foi um dos primeiros textos a observar que não se pode tratar da esfera da subjetividade, no âmbito do marxismo, sem retomar a questão do “fetichismo da mercadoria”. Ele se propõe, então, a recuperar esse conceito, que rebatiza de “reificação”. Assim, traz de volta ao centro do debate uma categoria que foi ignorada por décadas na linhagem marxista e preservada na sociologia alemã com sinal trocado.

A proeminência concedida por Lukács ao fenômeno do “fetichismo da mercadoria” ensejou uma nova via para a interpretação de *O Capital*. Nela, esse conceito tornou-se o feixe estruturante e o princípio explicativo da principal obra de Marx. Ele considerou a própria crítica da economia política um dos resultados da crítica do fetichismo da mercadoria. Mais impactante, porém, foi o fato de *História e Consciência de Classe* ter alçado a avaliação do teor de reificação a critério decisivo das análises e diagnósticos do presente histórico⁸.

Nessa leitura de *O Capital*⁹, sob vários aspectos inédita, Lukács define a mercadoria como “categoria universal do ser social total”. A “relação mercantil” e seu desdobramento inevitável, o “fenômeno da reificação”, tornam-se, assim, o nexos primordial da ordem capitalista, o “protótipo de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade” (LUKÁCS, 2003, p. 193).

O artigo “A Reificação e a Consciência do Proletariado”, peça central do arcabouço conceitual de *História e Consciência de Classe*, não limita a consideração do fenômeno do fetichismo da mercadoria ao âmbito econômico. A investigação do predomínio de relações coisificadas no direito e no estado – mas também na ciência, na arte e na

7 István Mészáros mostra como Lukács – para transpor os limites de um conceito concebido do ponto de vista do capital – transforma o sujeito “supraindividual” de Hegel em um sujeito “transindividual” com pleno controle de seu destino, o proletariado (cf. MÉSZÁROS, 2002, pp. 426-44).

8 A elaboração de uma teoria da reificação consiste no ponto mais destacado pela parcela da posteridade que atribui a *História e Consciência de Classe* uma recorrente atualidade (recepção que Lukács nunca cessou de contestar). O livro tornou-se, para esta vertente, a matriz de uma série de diagnósticos do presente histórico que se mostraram adequados às modificações do capitalismo – ainda quase imperceptíveis na ocasião de sua publicação e consolidadas plenamente somente após os desdobramentos da crise de 1929. Para um relato das discussões sobre esse período, cf. Marramao (1990).

9 Não há como deixar de relevar o mérito da interpretação de Lukács quando se considera o fato de que, em 1923, ainda não havia sido publicada a maioria dos livros póstumos de Marx, em especial os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e *A Ideologia Alemã*.

filosofia – procura comprovar que a mesma reificação à qual o trabalhador está submetido no interior da fábrica encontra-se disseminada em todas as classes e esferas da vida social.

Lukács complementa e atualiza, assim, uma pauta que permaneceu implícita em *O Capital*. Neste livro, Marx não teve tempo de desenvolver os resultados e as consequências da expansão da relação mercantil nas demais dimensões da sociedade burguesa, tópico que esboçou em outros textos, especialmente no *Manifesto do Partido Comunista* (cf. MUSSE, 2010).

Sem poder contar com reflexões na tradição marxista acerca dos impactos da reificação no âmbito da subjetividade, Lukács se viu forçado a recorrer ao arsenal teórico desenvolvido pela sociologia alemã. *História e Consciência de Classe* institui um diálogo crítico com as obras de Ferdinand Tönnies, Georg Simmel e Max Weber, privilegiando as categorias oriundas de uma leitura bastante peculiar de *O Capital* e, em particular, da incorporação – um tanto distorcida – por esses sociólogos do conceito de fetichismo da mercadoria.

Segundo Lukács, a fonte primária, o polo de disseminação da reificação, situa-se na organização capitalista do trabalho. A trajetória histórica de suas modalidades principais, da oficina artesanal à grande indústria, não cessa de ampliar a fragmentação da subjetividade do trabalhador:

Se perseguirmos o caminho desenvolvido pelo processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a indústria mecânica, descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas humanas e individuais do trabalhador. (...) Com a moderna análise “psicológica” do processo de trabalho (sistema de Taylor), essa mecanização racional penetra até a “alma” do trabalhador. (LUKÁCS, 2003, pp. 201-2)

História e Consciência de Classe, no entanto, não se restringe à descrição da intensificação da reificação na indústria moderna, ressaltada por Marx na Seção IV de *O Capital*. Algumas passagens do livro de Lukács dão a entender que o predomínio da forma mercadoria exige e estimula uma condição necessária tanto para a produção de bens em larga escala como para o fomento da troca mercantil: o rompimento dos laços que prendiam os trabalhadores à vida comunitária.

Mais que uma reconstituição da narrativa histórica ensaiada por Marx no capítulo de *O Capital* denominado “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, esses trechos de Lukács aproximam-se da contraposição entre “comunidade” e “sociedade”, recorrente desde a obra homônima de Ferdinand Tönnies (1991). No endosso dessa dicotomia, todavia, *História e Consciência de Classe* adota uma perspectiva ligeiramente diferente da que predomina na sociologia alemã. O conceito de reificação é empregado explicitamente como chave explicativa da distinção entre a experiência social no capitalismo e a vivência própria das formas históricas do passado.

Quando salienta que a linha divisória entre essas duas formas de sociabilidade pode ser mais bem aferida a partir dos efeitos da reificação – e, por conseguinte, da influência da dimensão econômica sobre as demais esferas da vida social –, Lukács, de certo modo, detecta e redimensiona a presença do trabalho abstrato, exposta por Marx em *O Capital*, na gênese do livro de Tönnies.

Essa inferência permite que *História e Consciência de Classe* se aproprie, sem muitas ressalvas ou mediações adicionais, de algumas categorias desdobradas por Georg Simmel a partir da leitura tanto do Livro I de *O Capital* como de *Comunidade e Sociedade*. Lukács incorpora a transcrição, iniciada por Tönnies e exacerbada na *Filosofia do Dinheiro*, do trabalho abstrato em “razão abstrata”, assim como a “intelectualização” que lhe é conexas – responsável, em certa medida, pela “matematização” característica da ciência moderna¹⁰.

No caso de Max Weber, esse mesmo procedimento, concentrado no transplante do conceito de racionalização, gerou, ao longo da recepção de *História e Consciência de Classe*, uma teia crescente de mal-entendidos. A maioria dos comentaristas, inclusive alguns teóricos do marxismo ocidental, passou a identificar nesse livro uma aproximação insólita de Marx com Weber, determinada pela fusão de “reificação” e “racionalização”.

Uma leitura mais atenta de *História e Consciência de Classe* permite observar, porém, que aí a “racionalização” comparece como um subproduto, uma especificação dos efeitos da reificação. Subsumindo a categoria de Weber à doutrina de Marx, Lukács descreve a possibilidade de previsão e cálculo cada vez mais exatos como consequência de um processo histórico, como resultado da progressão da divisão capitalista do trabalho, que retalha o processo produtivo em uma série de operações parciais, abstratas e especializadas.

A própria racionalização da vida é apresentada, na versão de Lukács, como a adequação da ação ao dever das leis objetivas da sociedade. A possibilidade de cálculo e previsão “racionais” decorre, assim, da sujeição dos indivíduos no capitalismo ao destino comum de “espectadores impotentes”, à atitude contemplativa diante dos fatos sociais. Desse modo, o processo de racionalização não constitui mais que uma das consequências do fetichismo da mercadoria.

10 Simmel apresenta uma síntese desses resultados, desenvolvidos, sobretudo, em *Filosofia do Dinheiro*, sob a luz do exame da experiência urbana, em *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito* (2005).

Além disso, na interpretação de Lukács – nesse ponto fundamental, oposta à posição defendida por Weber –, os desdobramentos da racionalização social não configuram um movimento inexorável. Primeiro, ele ressalta que sua influência restringe-se aos sistemas parciais, que a conexão entre estes subsistemas desencadeia uma série de contradições, sintetizadas por Marx na expressão “anarquia da produção”. Em suas palavras, “toda a estrutura da produção capitalista repousa sobre essa interação entre uma necessidade submetida a leis estritas em todos os fenômenos isolados e uma irracionalidade relativa do processo como um todo” (LUKÁCS, 2003, p. 225).

O argumento decisivo, todavia, consiste na explicação da reificação – concebida como forma constitutiva, regra universal de objetividade à qual a racionalização subordina-se – como algo não monolítico. Lukács sustenta que a disseminação da reificação não é completa, sendo perpassada por brechas que possibilitam a sua superação, facultando a passagem ao socialismo.

Segundo *História e Consciência de Classe*, a lógica da produção capitalista estabelece limites objetivos apenas para a consciência de classe da burguesia. A função prática da consciência impede que esta classe – pela própria “possibilidade histórica” – logre compreender que sua conformação constitui uma etapa determinada e transitória da sociedade humana.

A “atitude contemplativa”, inerente aos que se encontram submetidos a uma organização do trabalho alheia, determina também o comportamento daqueles que, em tese, comandam este processo, os capitalistas. Mesmo o empresário industrial, “o capitalista como portador do progresso econômico, técnico etc., não age, mas sofre a ação, (...) sua ‘atividade’ se esgota na observação e no cálculo exatos do efeito objetivo das leis sociais naturais” (LUKÁCS, 2003, p. 280).

A burguesia concebe os fenômenos da sociedade capitalista como essências supra-históricas. Incapaz de ultrapassar a prioridade metodológica dos fatos ou de se aperceber de seu caráter histórico, presa à significação imediata dos objetos, a ciência burguesa nunca apreende a totalidade concreta¹¹.

A organização do proletariado como classe, no entanto, descortina modalidades de ação que suplantam a “atitude contemplativa”, generalizada na sociedade pela reificação. Somente quando cotejado em escala individual, como aferição de consciências psicológicas, o operário compartilha a condição de “espectador impotente” com a burguesia. Uma vez organizado como classe, a “possibilidade objetiva de sua consciência” apresenta-se como negação das formas de vida reificadas¹².

O estremecimento da supremacia da reificação manifesta-se na conjugação simultânea de dois vetores: o agravamento da crise – em suas diferentes dimensões: econômica, política, moral, cultural etc. – e a emergência da ação revolucionária do proletariado.

Lukács concentra a sua investigação na esfera da subjetividade, examinando os efeitos da reificação no estado, no direito, na ciência, na filosofia, na arte etc. A compreensão de seus impactos no conjunto da vida social abre, porém, uma rota que lhe permite elucidar a gênese do reformismo (e a subsequente divisão do movimento operário).

Nessa trilha, *História e Consciência de Classe* atribui, em larga medida, a incapacidade das diversas vertentes da social-democracia de transformar a sociedade ao fato de que sua prática política encontra-se aprisionada nas malhas da reificação. Não é por mera incompatibilidade política, portanto, que Lukács associa o marxismo da II Internacional à ciência burguesa.

Na equação que ele arma, o proletariado detém a disposição de apreender a totalidade histórica do capitalismo não por uma analogia com o sujeito-objeto idêntico da *Fenomenologia do Espírito*, mas porque se trata da única classe da sociedade capitalista apta a “compreender as formas reificadas como processos entre homens”. Esse movimento de “desalienação”, não custa repetir, depende, sobretudo, da capacidade desta classe de encetar a ação revolucionária:

Justamente porque é impossível para o proletariado libertar-se como classe sem suprimir a sociedade de classes em geral, sua consciência, que é a última consciência de classe na história da humanidade, deve coincidir, de um lado, com o desvendamento da essência da sociedade e, de outro, tornar-se uma unidade cada vez mais íntima da teoria e da práxis. (LUKÁCS, 2003, p. 174)

História e Consciência de Classe altera significativamente a configuração do marxismo delineada pelo último Engels e pela geração subsequente. Tanto o método quanto o sistema (bem como a sua conexão) são redefinidos a partir de uma nova perspectiva que compreende o materialismo histórico como a “teoria de uma prática revolucionária”.

11 Atrélada à sua “falsa consciência”, a burguesia teria sido destituída da capacidade política de comandar a sociedade, fato este que Lukács considerava incontrovertido após os acontecimentos de 1914.

12 Segundo Lukács, o antídoto deriva do fato de o operário vender sua força de trabalho como mercadoria. Na reiteração diária dessa atividade acaba reconhecendo a essência fundamental da sociedade burguesa: a transformação de seres humanos em coisas.

4.

No âmbito da II Internacional, muitos teóricos procuraram ressaltar a heterogeneidade da classe operária, alertando para as diferenças entre trabalhadores qualificados e não-qualificados, entre a força de trabalho masculina e a feminina, empregados e desempregados, a parcela sindicalizada e o lumpemproletariado etc. Tampouco ignoraram as diversidades concernentes à origem social e geográfica, língua e nacionalidade, cultura e religião. Essas considerações, em parte resultado de suas experiências como dirigentes sindicais e partidários, contribuíram para abalar a premissa marxista de “unidade da classe operária”¹³.

História e Consciência de Classe se contrapõe firmemente à tese de que a composição do proletariado se encaminha para uma fragmentação irreversível. Lukács retoma e reforça a visão promovida pelas lideranças da Internacional Comunista, em especial Rosa Luxemburgo e Lênin. Em seu empenho para se esquivar do pântano das inferências empíricas, recapitula também a posição de Marx no *Manifesto do Partido Comunista*. Aí, o proletariado é apresentado como o conjunto daqueles que “só subsistem enquanto encontram trabalho e só encontram trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital” (MARX; ENGELS, 2010, p. 66)¹⁴.

Lukács adota esse denominador comum como princípio explicativo e chancela de unidade da classe operária. Mas salienta, ao mesmo tempo, que a coesão do proletariado não é um dado imediato, nem mesmo um ponto de partida em sua luta. A “unidade da classe operária” converte-se, assim, em meta e objetivo de um processo de autoeducação do proletariado que só será bem-sucedido se impulsionado pela práxis revolucionária.

Além disso, a recente vaga revolucionária na Rússia e na Europa oferecia uma contraprova, sólida o suficiente para dirimir as controvérsias, dessa coesão. Lukács atribui a discrepância dos resultados da insurreição nos diversos países – descartando a hipótese explicativa que destacava a ausência de uniformidade no interior da classe operária – ao mencionado processo de aprendizagem da classe operária. Repõe, assim, no primeiro plano a questão da ação e da consciência de classe do proletariado¹⁵.

Instado a se posicionar no debate acerca da forma mais adequada de organização dessa classe, se a legalidade ou a ilegalidade, Lukács contesta a polaridade que permeia a discussão, alertando para os perigos inerentes à transformação de cada uma dessas vias em princípio doutrinário. Segundo ele, enquanto a “visão do mundo legalista” engendra uma orientação direcionada para a inserção institucional, o “romantismo da ilegalidade” tende ao golpismo, subestimando o poder real do estado e da sociedade capitalista. No limite, *História e Consciência de Classe* dissolve a dicotomia, enquadrando-a como uma falsa questão: “A questão da legalidade ou da ilegalidade para o Partido Comunista se reduz à tática momentânea, sobre a qual dificilmente poderiam ser indicadas diretrizes gerais, uma vez que ela deve ser decidida inteiramente com base numa *conveniência imediata*” (LUKÁCS, 2003, p. 477).

O estabelecimento da tática apropriada às circunstâncias não constitui, portanto, mais que um momento da aprendizagem do proletariado, de sua preparação para a revolução. Na medida em que vincula a autodeterminação desta classe a sua capacidade de adaptar-se às exigências do presente histórico, Lukács não deixa de conceber, de certo modo, a ação política como um movimento indeterminado¹⁶. Essa liberdade tática, no entanto, exige um conhecimento aprofundado do “poder organizado, do direito e do estado”, remetendo “em última análise, ao problema das ideologias” (LUKÁCS, 2003, p. 466).

Desse modo, *História e Consciência de Classe* destaca a importância, como se dizia na época, do “combate ideológico”. Eleva a “batalha das ideias” ao mesmo plano da luta econômica e do enfrentamento político, tópicos favorecidos e, em certa medida, considerados até então exclusivos na linhagem do marxismo.

Essa pugna torna-se imprescindível, sobretudo quando se almeja a “revolução social”. Esta, diferentemente da “revolução política”, não se propõe apenas a substituir a antiga ordem jurídica, sancionando a situação econômica e social vigente. Ela modifica radicalmente o ambiente social, afigurando-se para o “homem médio” uma ameaça catastrófica àquilo que se compreende por “vida”.

Em última análise, a defesa da necessidade da “luta ideológica” concede uma autonomia relativa à esfera do pensamento, às opiniões e às representações ante o predomínio do econômico. Nessa crítica do economicismo, Lukács concebe o próprio movimento de formação do proletariado, enquanto ensaio para a revolução, como uma

13 Embora Marx não desconheça a desigualdade na composição do proletariado, destacada no materialismo histórico desde a publicação por Engels de *A Situação da Classe Operária na Inglaterra* (2008), seus escritos raramente concedem relevância a esta diversidade como determinação da ação política.

14 Em seguida, Marx adverte que os “operários, que têm de se vender um a um, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio, e, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as oscilações do mercado” (MARX; ENGELS, 2010, p. 66).

15 Mészáros nos lembra que *História e Consciência de Classe* “reconheceu o caráter trágico das recentes derrotas”, sem abandonar a “esperança histórica sob condições em que tudo parecia apontar na direção oposta” (MÉSZÁROS, 2002, p. 74).

16 Essa posição de Lukács foi destacada por Merleau-Ponty no primeiro capítulo de *As Aventuras da Dialética* (2006).

liberação das determinações materiais:

A validade do estado e do direito deve, portanto, ser tratada como uma existência meramente empírica. A tal situação podemos comparar, por exemplo, um velejador que tem de prestar atenção à direção exata do vento e impedir que ele determine sua rota, opondo-lhe resistência e aproveitando-se dele para manter-se firme ao objetivo originalmente fixado. No entanto, essa *independência* em relação aos poderes naturais adversos, adquirida gradualmente pelo homem no curso de um longo desenvolvimento histórico, falta ainda hoje ao proletariado diante dos fenômenos da vida social. É compreensível. Pois, por mais rigorosas e brutalmente materiais que sejam as medidas de coerção tomadas pela sociedade em casos particulares, *isso não impede que o poder da sociedade seja essencialmente espiritual*, do qual apenas o conhecimento pode nos libertar. (LUKÁCS, 2003, pp. 474-5)

O principal instrumento do proletariado, sua bússola nesse combate, é o marxismo. *História e Consciência de Classe* o compreende, no registro delimitado pelo *Manifesto Comunista*, como uma “teoria da revolução”. Isso não significa, no entanto, que ele consista apenas em uma reflexão *a posteriori* que transcreve na chave conceitual a ação política. Embora o marxismo, tal como exposto por Lukács, esteja umbilicalmente vinculado às vicissitudes do proletariado, ele configura-se também – enquanto conhecimento voltado para a emancipação – como uma “teoria da história”. Traço visível em sua aptidão para “reconhecer claramente e exprimir a direção, a tendência e o sentido do processo social, em nome do qual dirige sua ação para o presente” (LUKÁCS, 2003, p. 474).

O marxismo não se constitui, no entanto, como um saber estático, à disposição do proletariado. Ele se apresenta como um dos palcos principais da luta “ideológica”, não só pelo incessante combate que lhe é dirigido pelas mais diferentes correntes do pensamento burguês, mas também porque sua interpretação se tornou um dos objetos prioritários de disputa no interior do campo socialista.

História e Consciência de Classe delimita, assim, um espaço considerável para a ação intelectual. No entanto, uma vez que a luta “ideológica” não se decide em gabinetes, mas na prática efetiva do proletariado, desenvolve também o esboço de uma caracterização da figura – da qual Lukács foi um dos maiores representantes no século XX – do intelectual revolucionário.

Referências bibliográficas

- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- HIRANO, Sedi. *Castas, Estamentos e Classes Sociais: Introdução ao Pensamento Sociológico de Marx e Weber*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.
- JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo (Org.). *István Mészáros e os Desafios do Tempo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LEO MAAR, Wolfgang. *História e Consciência de Classe, 70 anos depois*. *Novos Estudos* 36, pp. 179-194. São Paulo: Cebrap, 1993.
- LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários: A Evolução Política de Lukács (1909-1929)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a Dialética Marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUXEMBURG, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. São Paulo: Kairós, 1979.
- MARRAMAO, Giacomo. *O Político e as Transformações: Crítica do Capitalismo e Ideologias da Crise entre os Anos 20 e 30*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As Aventuras da Dialética*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital – Rumo a uma Teoria da Transição*. São Paulo: Boitempo/Ed. da Unicamp, 2002.
- MUSSE, Ricardo. A Dialética como Discurso do Método. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 1, pp. 367-389. São Paulo: FFLCH-USP, 2005.
- _____. Antes de *História e Consciência de Classe*. *Estudos Avançados*, n.º. 78, pp. 291-300. São Paulo: IEA, 2013.
- _____. “Introdução”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.
- _____. “O Primeiro Marxista”. In: BOITO JR., Armando *et alii*. *A Obra Teórica de Marx*. São Paulo: Xamã/IFCH-Unicamp, 2000, pp. 81-9.
- SIMMEL, Georg. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Mana*, 11(2), pp. 577-591. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Grundbegriffe der reinen Soziologie. Darmstadt: Wiss. Buchges, 1991.
- WEBER, Max. *A Ciência como Vocação*. São Paulo: Cultrix, 1972.